

Uma tradição indesejada: o desejo de uniformização na Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro (1903-1906) como condição da civilização e do progresso em terras cariocas

An unwanted tradition: the desire for uniformity in the Great Urban Reform of Rio de Janeiro (1903–1906) as a condition for civilization and progress in Rio de Janeiro

André Nunes Azevedo*
<https://orcid.org/0009-0007-6497-7434>

Resumo

A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, levada a cabo no alvorecer do século XX, pelo prefeito Pereira Passos e o presidente Rodrigues Alves, fiou-se nas ideias iluministas de universalidade da razão e sentido da história para operarem uma ação de intervenção modernizadora do Estado no espaço urbano. Essa ação buscou afirmar os valores europeus da civilização e do progresso, a fim de suplantar formas de uso da cidade sedimentadas pelos séculos que compuseram experiência histórica na urbe, a saber, a relação entre os habitantes da cidade e o seu espaço urbano.

Palavras-chave: civilização, progresso, reforma urbana, tradição.

Abstract

The Great Urban Reform of Rio de Janeiro, carried out at the dawn of the 20th century, by mayor Pereira Passos and president Rodrigues Alves, relied on Enlightenment ideas of universality of reason and sense of history to carry out an action of modernizing intervention in the State in urban space. This action sought to affirm the European values of civilization and progress, in order to supplant forms of use of the city sedimented by the centuries that made up the historical experience in the city, namely, the relationship between the city's inhabitants and their urban space.

Keywords: civilization, progress, urban reform, tradition.

*Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: azevedoemigrante@gmail.com

Introdução

As urbes são organismos vivos. São dinâmicas, se transformam mantendo a vigência de uma tradição¹ que, segundo Hans Georg Gadamer, é algo que tem uma positividade ontológica, ou seja, tem um ser aí, uma efetividade de presença². Mas, mais do que isso, as cidades sofrem as afecções da efetualidade³ dessa tradição. Ou seja, são elas, em cada momento presente de sua existência, informadas pela tradição, que lhes é inescapável⁴. Com efeito, viver em uma cidade constitui uma experiência de diálogo. Um diálogo entre o sujeito que a habita e o organismo vivo, dinâmico e prenhe de tradição que é a urbe, um ente que, por seu turno, constitui também esse sujeito que habita a cidade.

Cidades não são tábulas rasas. Não são espaços vazios de sentido, nem de uma tradição de usanças que nela marcam a presença humana de seus cidadãos. Cidades têm afetos depositados no seu espaço⁵, têm hábitos nela consolidados, e que são constituintes de sua paisagem⁶, possuem experiências coletivas e portam uma carga simbólica talhada pelo cinzel do tempo e que não pode ser simplesmente apagada ou suprimida de imediato por nenhum processo de intervenção estatal modernizadora.

Não obstante, o delírio iluminista de uma razão plenipotenciária⁷, o Ocidente já ingressava na primeira década no século XX com as primeiras contribuições de Sigmund Freud, que relativizava a crença iluminista na universalidade da razão, e deixava claro os seus limites ante a força do inconsciente,

¹ Tradição não é utilizada aqui como um termo corrente da língua portuguesa, mas como um conceito, talhado por Hans Georg Gadamer, que o define como, em seu dizer: o “fundamento da validade dos costumes de um povo”. Não obstante, constitui mais do que isso, como deixa assentado o próprio Gadamer. Ela é, a partir da tessitura das vivências no tempo, o resultado historicidade de uma vida coletiva, que goza de uma positividade ontológica, a saber, a tradição é, e tem uma vigência em todo e qualquer momento presente. Cf. GADAMER, Hans Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 421.

² A ideia de que a tradição tem uma positividade ontológica está presente e perpassa a obra de Gadamer, mas vale destacar aqui uma referência, ver: GADAMER, op. cit., p. 422.

³ Gadamer tem o conceito de história do efeito, ou de efetualidade da história. Esse conceito dá nota de como a constituição de uma tradição, a partir das vivências de um povo, produz um efeito adiante. Cf. GADAMER, op. cit., pp. 449-450.

⁴ Cf. GADAMER, op. cit., p. 422.

⁵ Sobre a relação entre afeto e espaço, ver: TUAN, Y Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2015.

⁶ Ver TUAN, op. cit.

⁷ Sobre as pretensões de universalidade e plenipotência da razão, constituintes do projeto iluminista, ver ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987 e SCHORSKE, Karl. *Viena Fin du siècle*. Política e cultura. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

pondo em questão a própria condição de sujeito racional do homem, pressuposto das luzes.⁸ Um desses limites sempre foi dado pela tradição, e os escritores e pensadores românticos, desde fins do século XVIII, já percebiam isso, e por isso remarcavam uma ideia chave para a estrutura de pensamento romântica, a ideia de pertencimento⁹. A noção de pertencimento acalentada pelos intelectuais românticos nunca se reduziu a mero sentimento de filiação emocional a um lugar de origem. Para muito além disso, o conceito de pertencimento dá nota de um ser constituído por algo, o que está para além da ideia de se ser simplesmente perpassado por algo. É uma ideia fundamental também por pôr em questão o sentido de universalidade e plenipotência da razão iluminista, por relativizá-la em face da singularidade e profundidade histórica (tradição) de cada experiência coletiva de um povo.

Assim vista, dotada de uma profundidade histórica dada pela sua historicidade, temos firmemente colocado para nós que a cidade não é objeto. É sempre sujeito. Só traz algo de objeto em caso muito específico, a saber, se for uma cidade criada em prancheta de arquiteto ou engenheiro, tal como foram Belo Horizonte e Brasília. Do contrário, se não é uma cidade criada, logo é uma cidade formada, ou seja, ela é produto de um jogo existencial jogado na tessitura da experiência coletiva de uma sociedade, que se constitui e se renova no sedimento do tempo histórico, e na efetualidade¹⁰ que resulta da vivência coletiva de sua população em seu espaço.

Assim, temos que, via de regra, uma cidade porta uma historicidade, ela é preme de tradição, o que a impossibilita de ser um mero objeto passivo das “felizes ideias” de seus gestores, pois a sua historicidade fundamenta a validade de uma tradição. Mas, mais ainda, para além de sua historicidade, a cidade também tem geograficidade. Por geograficidade, ou espacialidade, que tomamos aqui como termos em sinonímia, entendemos a experiência coletiva de um povo não como um dado referido ao tempo, mas como um dado referido a um espaço, ou seja, ela é a experiência coletiva de seus habitantes entabuladas em um espaço específico. Desta feita, podemos afirmar sem medo de errar que, normalmente – pois excetuamos deste caso as exceções referidas às cidades criadas em prancheta de técnicos – uma urbe tem, a um só tempo, dois elementos que vedam qualquer possibilidade de tratá-la como objeto passivo das eventuais intervenções urbanísticas dos representantes do poder

⁸ Ver o trabalho publicado por Freud, onde apresenta o seu conceito de inconsciente, em 1900. FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

⁹ Cf. GADAMER, op. cit., p. 442.

¹⁰ Cf. GADAMER, op. cit., p. 449.

público: a sua historicidade e a sua geograficidade, temas que retomaremos mais adiante, porquanto ambas relações com o espaço da urbe gozam de uma positividade ontológica, ou seja, não são meras construções narrativas de intelectuais que formulam ideias sobre as cidades, mas têm um estatuto de existência que vincula o espaço urbano às experiências nele depositadas, e que, mais ainda, são constitutivas desse mesmo espaço, e também da natureza da relação que um povo estabelece com ele, sendo, portanto, elemento decisivo e incontornável na produção efetiva do mesmo.

Assim, devemos notar que uma cidade formada historicamente, como o Rio de Janeiro, não pode ser uma tábula rasa à feição de qualquer eventual projeto de modernização urbana. Na realidade, a nossa análise dos processos de transformação da paisagem urbana tem como pressuposto a abordagem desse processo pela professora Lucrécia D'Alessio Ferrara, docente da FAU/USP, que entende que a produção do espaço urbano é um processo dinâmico, e que é dado referido a uma relação dialética entre uso e função do espaço¹¹, ou seja, que o que produz uma determinada configuração espacial, e de sua paisagem, é um diálogo interativo permanente entre a função que é atribuída àquele espaço e as formas de uso que nele são vivenciadas, daí resultando, portanto, a configuração mesma deste que, mais do que um produto dessa relação, é ela também parte de um movimento dialético maior que quaisquer das suas resultantes nesse interação, porquanto essa relação é dialética, dinâmica, de movimento no tempo e de reconstrução permanente dos espaços, suas vivências e seus significados. Com efeito, toda produção espacial é, nessa perspectiva, tida como dinâmica, como processo continuado e permanente no eixo do tempo. Usar o espaço é aí significá-lo, e é transformá-lo de espaço em lugar, o que pressupõe um afeto depositado no mesmo¹², um tomar para si que o dota de espacialidade. A natureza da experiência nele entabulada molda o espaço, e atribui-lhe função como lugar, a saber o espaço coletivamente usado, o espaço que é dotado de geograficidade.

No entanto, se a relação entre uso e função que produz o espaço urbano é ela uma relação dialética, então temos que não há aí uma preeminência entre essas duas categorias em sua relação, uma com a outra. Se as formas de uso de um espaço redefinem a sua função, a atribuição de uma nova função ao espaço é ela também evocadora de novos usos nele. Desta feita, quando o

¹¹ Para a relação dialética entre uso e função do espaço, ver: FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1982.

¹² Para a relação entre espaço e lugar, ver: CORREA, Roberto Lobato et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

poder público cria e executa um plano de intervenção sobre o espaço urbano, ele demanda novos usos sobre o mesmo, pois estabelece uma nova função para ele, uma vez que o redimensionamento da função de um espaço, como já vimos, redimensiona os usos que se estabelecem sobre o mesmo. Da mesma forma, esses novos usos fomentados vão dando os contornos da nova função desse espaço, indicando-o mesmo no âmbito das vivências dos seus usuários¹³.

Assim, o poder público em suas ações de intervenção urbana, que é o que nos interessa aqui em particular, tem o poder de redefinir usos e funções de um espaço público a partir de sua ação interventora nesse espaço, um movimento do Estado que foi amplamente utilizado no mundo ocidental, de forma recorrente, desde meados do século XIX, com a Reforma de Haussmann em Paris, passando pela Reforma urbana de Viena, com a construção da expressiva Ringstrasse, e chegando na América do Sul, na virada do século XIX ao século XX, com as reformas de Montevideo e Buenos Aires.

Nesse artigo trataremos de mais uma ação de modernização urbana que se fez presente no mundo ocidental entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Abordaremos, de maneira específica, a reforma urbana perpetrada no Rio de Janeiro entre os anos de 1903 e 1906. O nosso objetivo é evidenciar como, entre aproximações e antinomias, as intervenções urbanas federal e municipal buscaram atacar elementos presentes na tradição de ocupação do espaço da cidade, consolidadas por mais de três séculos de experiência urbana no Rio de Janeiro. Pretendemos mostrar que esse movimento foi feito com o fim de se implantar uma nova forma de uso do espaço urbano, fiada em referências exógenas à historicidade da cidade, e através das quais se acreditava que a urbe carioca alcançaria o “progresso” e a “civilização”, valores que intentavam fazer valer na, então, Capital Federal.

A reforma urbana federal

No Brasil, em que pese haver ocorrido diversas intervenções do poder público estatal nos seus espaços citadinos, a primeira grande intervenção sistemática de cirurgia urbana veio com a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, decorrida entre 1903 e 1906. Chamamo-la de “Grande Reforma Urbana”, e recusamos a sua alcunha mais convencional, estatuída pela historiografia dos anos de 1970 e 1980: Reforma Passos, por entendermos que não ocorreu uma única reforma urbana no Centro do Rio, mas sim duas, em

¹³ Para uma melhor compreensão desse processo dialético de produção do espaço é fundamental o trabalho de Ferrara. Ver: FERRARA, Lucrezia D’Alessio. Op. Cit.

simultâneo, não conflitivas, com via de harmonização entre elas e, principalmente, com valores orientadores distintos, que legaram distintas inscrições no espaço urbano da urbe carioca.

A reforma urbana federal foi projetada pelo Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, um representante da grande cafeicultura paulista, egresso de uma das principais famílias de abastados cafeicultores do seu estado¹⁴, e em especial do município de Guaratinguetá. A reforma urbana federal foi feita em associação dos interesses da cafeicultura paulista com o Clube de Engenharia, uma instituição privada que vinha ascendendo politicamente desde o governo de Campos Sales¹⁵, e que não se prestava a representar engenheiros em geral, mas sim engenheiros-empresendedores, como deixa clara a sua ata de fundação¹⁶.

A reforma urbana federal teve como seu grande valor orientador a ideia de progresso, muito em alta durante toda a Primeira República. As razões que a motivaram, e que também orientaram a escolha de Pereira Passos para executar um outro plano de reforma urbana, esse, de Passos, em âmbito municipal, foram aquelas atinentes aos propósitos de saneamento da cidade para o enfrentamento das epidemias e endemias que assolavam de maneira contínua a cidade desde 1849, com a primeira grande epidemia de febre amarela.

O presidente Rodrigues Alves tinha como propósito redimensionar a imagem externa da urbe carioca para que se pudesse evocar a presença de imigrantes europeus em um contexto de aprovação da Lei Prinetti na Itália em 1902¹⁷ e, principalmente, de crise de mão de obra na cafeicultura em função da recente abolição da escravidão no Brasil.

Também moveu a sua ação reformadora o interesse em se modernizar o porto e adequar a estrutura urbana da cidade ao aumento de carga do principal porto do país, porquanto a ideia de se realizar uma reforma portuária era dado referido à perspectiva de aumento de sua carga, uma vez que os impostos de importação eram de captação exclusiva do Governo Federal, como definia

¹⁴ Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2000, pp. 81-87.

¹⁵ Faz-se notar essa ascensão política do Clube de Engenharia junto à elite política paulista e nacional desde o Congresso Nacional de engenharia e indústria, que foi aberto com um discurso de ninguém menos que o então Presidente da República, Campos Sales. Cf. AZEVEDO, André N. de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Mauad, 2016, pp. 106-107.

¹⁶ Ata de fundação do Clube de Engenharia. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1880.

¹⁷ Trata-se de um decreto do Ministro italiano das Relações Exteriores, Giulio Prinetti, que proibia a imigração subvencionada para o Brasil.

a ordem tributária que emergiu da constituição federal de 1891, e respondia por 49% da sua receita total¹⁸, o que tornava a sua captação majorada como algo decisivo para os fins de equilíbrio fiscal brasileiro.

Por fim, a cidade necessitava mesmo adequar o seu espaço urbano à emergência de uma economia capitalista após o fim da escravatura, em 1888. O grande foco da reforma urbana federal foi a modernização do porto do Rio de Janeiro. Ela foi a obra que articulou mais três outras intervenções dessa instância governamental, a saber: as obras no entorno do porto, que retificaram, alargaram e deram solução de continuidade a caminhos que dificultavam uma ligação franca e ligeira das mercadorias portuárias com a malha urbana do Centro do Rio; a obra da avenida do Mangue, atual avenida Francisco Bicalho, com o fim de escoar as mercadorias para a zona norte da urbe, e a construção da avenida Central, atual avenida Rio Branco, que era considerada peça chave no projeto de redimensionamento da imagem externa da cidade.

Aproximações e distanciamentos entre as reformas urbanas federal e municipal

A reforma urbana municipal teve como seu grande valor orientador a ideia de civilização, que fora o valor maior do período monárquico¹⁹. Coube ao Prefeito Francisco Pereira Passos conceber em linhas gerais e executar todo o restante da reforma que fugia às atribuições do Governo Federal. O projeto de reforma urbana municipal foi desenvolvido pelo engenheiro Américo de Souza Rangel, amigo pessoal e muito próximo de Pereira Passos, e que atuou sob as orientações deste. Foi Rangel quem chefiou a Comissão da Carta Cadastral, de onde saiu o projeto de reforma urbana municipal.

Passos e Rangel assinalam no projeto de reforma que o problema do saneamento da cidade estaria ligado à sua reformulação arquitetônica²⁰. A referência a uma reformulação arquitetônica na Carta Cadastral significaria não somente uma reformulação viária, mas também toda uma ideia de melhoramento estético da cidade, que compreenderia desde a arquitetura dos estabelecimentos urbanos até a dimensão paisagística e de monumentalidade da cidade.

¹⁸ Cf. LAMARÃO, Sérgio T. N. *Dos trapiches ao porto. Um estudo sobre a área portuário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991. p. 143.

¹⁹ Ver: MATTOS, Ilmar H. de. *O tempo Squarema. A formação do estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1986.

²⁰ Prefeitura do Distrito Federal. *Melhoramentos da cidade projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, dr. Francisco Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903. p. 5.

Os principais objetivos listados pela Comissão da Carta Cadastral diziam respeito a razões de saneamento urbano, reestruturação viária e – o que nos interessa ressaltar – de melhoramento estético da cidade, que fica explícito pela comissão, que afirma desejar “despertar o gosto arquitetônico”²¹.

A reforma urbana federal esteve menos preocupada com a cidade propriamente dita, uma vez que o seu foco foram as grandes questões nacionais como o redimensionamento da imagem da cidade para a solução da crise de mão de obra no pós abolição da escravatura, via captação de mão de obra imigrante; a resolução do desequilíbrio fiscal brasileiro com a ampliação e modernização do porto e o saneamento da cidade contra as epidemias e endemias. Já a reforma urbana municipal foi projetada e executada a partir de um outro escopo. Ele teve como foco a cidade, sobretudo no que diz respeito a sua adequação logística a uma economia capitalista que emergia no pós abolição da escravidão, e a ao redimensionamento da sua imagem por uma nova articulação urbanística e arquitetônica, além do controle das formas de uso do espaço urbano pela população do Distrito federal, sobretudo através de proibições e fiscalizações das posturas dos seus cidadãos.

A relação dialética entre uso e função do espaço urbano carioca fez-se sentir em ambas intervenções do poder público, a federal e a municipal. Se as ações da reforma urbana federal visaram atribuir uma nova função às regiões portuária e ao Centro reformulado pela sua suntuosa obra da avenida Central, evocando a esses espaços novas usanças, a reforma urbana municipal buscou tanto atribuir novas funções a diversos espaços do Centro da urbe, com o fito de estimular neles novas formas de os utilizar pela população, como buscou alterar os usos que considerava daninhos ao que tinha como boas formas de articulação do espaço urbano da cidade, sobretudo a partir da emissão de proibições e da prática de fiscalizações rigorosas, com penalizações através da cobrança de multas aos infratores.

A reforma urbana federal foi uma reforma urbana para o país, e que foi baseada na ideia de progresso como o seu valor orientador. A ideia de progresso foi a ideia hegemônica durante toda a I República. Podemos dizer mesmo que foi a metáfora política deste novo regime, em superação à ideia de civilização, essa, a ideia-força e o valor maior acalentado durante o período monárquico brasileiro²².

²¹ *Ibidem*.

²² Cf. AZEVEDO, op. cit., p. 28.

A noção de progresso presente na I República marca uma diferença para com essa mesma noção no período do II Reinado. Nesse último, progresso era um valor relativo e subordinado. Ele o era em face ao valor maior de então, a ideia de civilização. Portanto, o progresso nesse período não foi visto como um valor em si, mas como um valor relativo ao conceito de civilização, a saber: o progresso seria o progresso da civilização, o movimento próprio de desenvolvimento de uma civilização no tempo. Não era, assim, uma ideia autônoma e emancipada daquilo que seria entendido como o movimento próprio da civilização. Mais ainda, a noção de progresso acalentada no II Reinado fora muito mais ampla que a desenvolvida na República, pois estava para além da dimensão material da vida, e englobava todo o processo de desenvolvimento das artes, ciência, cultura, comportamento, estabilização política e institucional, bem-estar social, higiene, entre outros elementos relacionados a ideia de civilização.

A República, com a reordenação da arquitetura política nacional e o encantamento com o dinheiro, os negócios e os lucros financeiros derivados da experiência do Encilhamento, propiciou um redimensionamento da ideia de progresso presente no regime anterior. Agora, com o novo regime, a ideia de progresso conquistava autonomia ante a sua congênere de civilização, na prática, se desvincilhava dela, tendo como objetivo maior o seu próprio desenvolvimento em si, sem ser dado referido a algo para além de si, como fora nos tempos do Império. Mais ainda, a nova noção de progresso presente na República era postada na ideia de crescimento material, ou seja, passou a ser uma ideia referida ao desenvolvimento econômico, tecnológico e de todo o processo de modernização, então a todo vapor no mundo ocidental da virada dos séculos XIX ao XX.

Progresso não era mais o desenvolvimento dos diversos elementos que caracterizavam uma civilização, mas antes, as grandes obras, como o foi, no seu conjunto, a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, e como eram, no interior dessa obra maior, as obras de modernização portuária, de eletrificação, de abertura de novas avenidas, do alargamento de ruas, do incremento de novas moradias, novas empresas, novas ações de implementação de melhorias e desenvolvimento de infraestrutura urbana. A ideia era a de que, uma vez o progresso posto em desenvolvimento prático, em efetivação na forma de obras e de ganhos econômicos, de inovações tecnológicas etc, ele traria, quase que magicamente, como um pote de ouro ao final do arco-íris, o desenvolvimento de uma civilização, pois essa seria imaginada, então, como um corolário lógico da efetivação do progresso em suas mais diversas manifestações materiais. Ou

seja, aplique-se o progresso, e terá uma civilização como decorrência dessa aplicação. O progresso seria aí pensado como uma grande panaceia, um tônico que tudo resolveria. Onde há progresso haveria civilização logo em seguida, porquanto se imaginava que seria ele, o progresso, o único caminho possível para se conquistar um estado de civilização.

Com efeito, temos que não só a ideia de progresso perde a sua subordinação àquela de civilização, mas mais do que isso, é essa ideia, agora, quem passa a subordinar a si a ideia de civilização, tornando essa inconcebível sem o seu atrelamento ao curso do progresso e seus imperativos. Assim, toda a viabilização de uma civilização seria percebida agora como um processo de *aggiornamento*, a saber, só se civiliza como diálogo projetado com um tempo apressado que aponta para o futuro e, mais ainda, não só como um movimento fiado à tessitura presente de um futuro, mas como um movimento desejoso de um novo futuro idealizado que não suporta a convivência com um passado, com uma civilização não atualizada no tempo, demandando, portanto, necessariamente, a aniquilação desse passado por um movimento de superação do mesmo, já que o sentido mais íntimo caracterizador da ideia de progresso aponta para o sentido de um processo de melhoria continuada projetada adiante²³.

O progresso seria o futuro, mas não qualquer futuro, um futuro que só pode surgir pela superação arrasadora de um passado. Nessa nova concepção de progresso, o passado seria sempre um óbice à implantação de um futuro irresistível que marca sempre uma superação, e superação continuada, sucessiva no tempo. Nisso residiria “o progredir” e seu movimento otimista adiante de avanços continuados em direção a um futuro fulgurante e quase inexorável. Nesse sentido de progresso, o futuro se impunha sempre como um forte imperativo, e para que ele e suas melhorias se estabeleçam, o passado precisaria fenecer.

Não foi sem razão a natureza das intervenções urbanísticas da reforma urbana federal. Suas obras, que já listamos aqui, buscam, todas, pôr abaixo o passado da cidade, tido como colonial e desejoso de ser apagado da memória dos cariocas e brasileiros, tudo isso embora a urbe fosse claramente uma cidade do século XIX²⁴. As obras do porto e da avenida Central foram as obras

²³ Ver: MORAES, Antônio Silva. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Empresa Litterária Fluminense, 1920. *Verbetes progresso*.

²⁴ A ideia de que o Rio de Janeiro de 1903 não era uma cidade colonial, mas sim uma cidade imperial é defendida e, nos parece, bem comprovada, pelo trabalho de pesquisa da arquiteta Paola de Paoli, ver: PAOLI, Paola de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

que mais puseram abaixo no Distrito federal, e não as ações, muito mais amplas e de escopo muito maior, do Governo Municipal, chefiado pelo Prefeito Pereira Passos. Mais ainda, as obras federais fundeadas na ideia de progresso não tiveram pudores em esvaziar a geograficidade dos espaços onde atuou – com exceção da avenida Central –, inviabilizando mesmo a presença humana e humanizadora do transeunte, que é excluído do uso dos espaços do entorno do porto e da avenida do Canal do Mangue, atual avenida Francisco Bicalho, porquanto a intervenção urbanística federal primou por pensar os espaços em que atuou não como espaços para o uso do cidadão carioca, mas lugares funcionais, ou seja, como um espaço destinado meramente ao seu esvaziamento como lugar, posto que foram concebidos como espaços-função: transporte de evasão de mercadorias do porto para o restante da cidade.

Já a reforma urbana municipal foi estribada em um valor extemporâneo, o valor civilização, egresso dos tempos imperiais. O prefeito que a concebeu, Pereira Passos, nascera em 1836, no período regencial brasileiro, e tinha a idade bem mais avançada que os demais protagonistas da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Deixa a prefeitura da cidade em 1906 já como um ancião para os padrões da época, contando 70 anos.

A ideia de civilização egressa do período imperial envolvia bem mais elementos que a ideia de progresso republicana. Abrangia uma vasta gama de dimensões, como higiene, comportamento urbano, polidez, civilidade, estabilidade política-institucional, bem-estar social, arte, ciência, tecnologia, cultura e pensamento, e guardava autonomia ante a ideia de progresso, orientando-a, e subordinando-a ao seu desenvolvimento. Em relação ao passado, a sua visão era positiva, pois continha um historicismo que não dispensava a ideia de uma trajetória específica de um povo, posto que muito informada pelo romantismo ocidental de fins do século XVIII e século XIX. Assim, a ideia de civilização dos tempos imperiais, longe de pensar que se deveria proceder a destruição e o esquecimento de um passado, pensou que este seria imprescindível na realização de seu projeto de modernização.

Assim, a noção de progresso do período imperial, e toda a sua abordagem quanto ao futuro, supõem um movimento que engloba e supera o passado por um movimento também de *aggiornamento*, mas, diferentemente da ideia de progresso da República, essa atualização histórica não só não prescinde de um passado, como o tem como um dado não somente incontornável em seu projeto de futuro, como mesmo indispensável a este. O movimento da civilização no tempo daria nota de um acúmulo a partir do passado, mas um

acúmulo em que o passado se atualiza em diálogo com cada tempo, projetando novos sentidos a um passado que está sempre em vigência, que tem um vigor de ter sido que se faz presente a todo momento. Nesse horizonte de representações, o passado ganha uma qualidade de presença, e propõe um diálogo que faz desabrochar novos sentidos. Assim, distintamente da ideia de progresso própria da República, o passado não só não é algo a ser superado, óbice ao futuro ou algo para se envergonhar, mas é antes um componente indispensável rumo ao futuro. Podemos dizer que a ideia de civilização é ela mesma um dado referido a um passado que se movimenta no tempo, rumo a um futuro, e não somente um dado exclusivamente referido ao futuro, como na noção republicana de progresso, um futuro algo tirano, impositivo, implacável, que se recusa a dialogar com outras dimensões do tempo, e que exige que cada uma delas vergue-se a sua marcha inexorável a um futuro teleologicamente definido, ao qual tudo submete a si e seus imperativos.

O sentido dos planos reformadores e ações da reforma urbana municipal apontaram para essa relação distendida com o passado, buscando destruir apenas na medida do indispensável, do que realmente se fazia necessário a partir do que fora delineado no plano da sua reforma. O reformador municipal intentou mesmo preservar elementos marcantes do passado da cidade, mesmo estando, com isso, a contrapelo de grande parte da opinião pública, que se manifestava desejosa de arrasar muito do passado e da memória da antiga urbe.

A reforma urbana municipal consistiu em uma gama muito mais variada de ações interventivas do poder público sobre o espaço urbano. Seus objetivos foram diversos, assim elencados no plano reformador da Carta Cadastral:

- a. Dar maior facilidade de comunicação entre os diferentes bairros da cidade, barateando os fretes e a taxa dos carros de passeio aqui tão caras;
- b. Permitir o estabelecimento de um traçado vantajoso para as grandes linhas de canalização, evitando as frequentes aberturas de valas nas ruas estreitas;
- c. Impedir a valorização constante dos prédios antiquados das ruas estreitas onde passa hoje o mais forte do movimento urbano, permitindo a sua substituição em época não remota;
- d. Facilitar o enxugo do subsolo a cidade pela arborização, impraticável nas ruas estreitas;
- e. Despertar o gosto arquitetônico, pois, oferecendo às ruas largas e bem situadas uma renda compensadora aos prédios

nela edificados, os proprietários animar-se-ão a construí-los em melhores condições²⁵.

Como se pode ver, a reforma urbana municipal foi menos específica em seus objetivos do que a reforma urbana federal, que foi focada na construção da avenida Central e na modernização do porto e do seu entorno. Vê-se também que foi uma reforma cujo objetivo residia em agir pela cidade, sua infraestrutura, logística, aparência e higiene, e não pelo país, como foram as obras na região portuária e suas obras complementares de vias de escoamento das mercadorias que saíam do porto reformado.

Ao nosso ver, a tônica da reforma de Pereira Passos foram as novas vias e o acerto do sistema viário da urbe, criando solução de continuidade entre ruas que anteriormente eram desconexas. Assim foi a sua reforma quando criou a avenida Beira Mar, uma avenida que não só recobriu a extensa faixa do litoral carioca entre o Centro e Botafogo, como conectou essa com o novo sistema de ruas do Centro, facultando assim uma ligação franca e direta, até então inexistente, entre o Centro e a zona Sul da cidade. Mas não foi somente com a zona Sul que Pereira Passos se preocupou quanto a operar ligações viárias a partir do Centro do Rio de Janeiro. O Prefeito também criou um sistema viário que facultou uma ligação direta, até então inexistente, com os bairros da direção oeste da cidade, tais como Estácio de Sá e Engenho Velho, para onde convergiam diversos caminhos que levavam ao subúrbio. O fez através de uma linha formada pelas ruas da Assembleia e Carioca, praças Tiradentes e da República, ruas Visconde do Rio Branco, Frei Caneca e Estácio de Sá. Outra ligação do Centro com os bairros do sentido oeste e norte foi realizada através da constituição de uma linha de comunicação feita pelo Boulevard de São Cristóvão, rua Visconde de Itaúna, praça da República e rua Marechal Floriano Peixoto prolongada até o mar. A terceira ligação visou conectar a região portuária com o Centro da cidade, posto que os bairros da Saúde e da Gamboa se encontravam isolados por uma cadeia de morros. Nessa perspectiva, estabelecem-se duas grandes linhas. Uma que se formou pelo alargamento da rua da Prainha, desde o largo desse nome até o alargamento da rua Uruguaiana, terminando no Largo da Carioca. Outra, formada pelo prolongamento da rua do Sacramento até alcançar a rua Camerino e o alargamento desta até o cais da Saúde. Um outro sistema de novas conexões viárias foi criado a fim de ligar também a zona Sul com os bairros do sentido oeste da cidade, atual zona norte. O tráfego de carros e carroças nesse sentido

²⁵ Prefeitura do Distrito Federal, op. cit., p.5.

era grande e demandava uma solução urbanística. Foi projetada então uma avenida de 17 metros de largura entre o largo da Lapa e a rua Frei Caneca, na esquina da rua de Santana, passando sob os arcos da Lapa, no ponto onde começa a rua do Riachuelo.

Ao que nos parece, de maneira distinta do que foi defendido pela historiografia dos anos da década de 1970 e 1980, o horizonte reformador de Pereira Passos não foi o de expulsar a população pobre do Centro do Rio, ou mesmo dificultar a chegada dessa no Centro da cidade, como o fizera Haussmann com a conjugação de suas avenidas radiais, dispostas na forma de semicírculos, a fim de dispersar a presença popular no centro urbano de Paris após as barricadas dos revoltosos da Revolução de 1848. De forma distinta, Passos buscou evocar a presença popular no Centro do Rio de Janeiro, criando um novo sistema viário que conectou o Centro com os bairros da atual zona Norte através de três sistemas de ruas conectadas. Mais ainda, deixou bem adiantados os estudos para a construção de uma quarta avenida, essa bem extensa, com suaves curvas, que ligaria a avenida Francisco Bicalho com o entroncamento das atuais ruas São Francisco Xavier e Barão de Mesquita, conectando assim a região portuária com os bairros da atual região da Grande Tijuca e os caminhos que conduziam ao subúrbio do Rio de Janeiro²⁶.

Em coerência com o esforço reformador de Pereira Passos em conectar o Centro com os subúrbios da urbe carioca, vieram também as evocações da presença popular na área central do Rio de Janeiro, que não se restringiu a esses novos sistemas viários descritos. Vale lembrar que Passos inseriu coretos de música em diversas praças do centro da cidade, com a justificativa de que tais novas aparelhagens urbanas seriam destinadas ao lazer da população através de bandas de música, que a municipalidade poria para tocar nos finais de semana. Além disso, Pereira Passos construiu um aquário oitavado de espécimes marinhas no Passeio, destinado a atrair a população para a sua visitação no Centro²⁷.

No entanto, essa ação não se deu de maneira desprendida, ou seja, não foi realizada sem condicionantes para a presença da população de extração social mais simples que morava nos subúrbios do Rio de Janeiro. A presença popular desejada e evocada por Passos no Centro da cidade se fez condicionada a novas formas de comportamento do carioca no espaço do Centro.

²⁶ Cf. *Mensagens do Prefeito do Distrito Federal*. 7 vols. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903-1906. *Mensagem de setembro de 1906*, p. 50.

²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 105.

Requeria-se a presença popular nesse espaço, mas desde que fosse com os pés calçados, com camisa de colarinho, sem espaço para práticas como urinar na rua, vender vísceras de carnes em pequenas bancas, sem escarrar no chão, sem se permitir o tradicional comércio ambulante da cidade e a prática da tavolagem (atuais camelôs). Na perspectiva reformadora municipal, o Centro do Rio de Janeiro deveria ser frequentado para que o poder público, via cidade reformada em sua nova urbanística e arquitetura, pudesse ser um espaço de retórica da sedução²⁸ e enlevo civilizador. O prefeito buscou converter o Centro do Rio em um espaço pedagógico da civilização, um modelo de como ser civilizado, ou se preferirmos, de como se comportar como os europeus urbanos burgueses do século XIX, o que, *mutatis mutandis*, seria, a grosso modo, a mesma coisa.

A reforma urbana municipal veio, então, para operar um enquadramento. Foi desejosa de pôr o carioca em uma moldura externa, exógena à cidade e a sua tradição, sua experiência histórica coletiva. Nisso residia a ideia de civilizar o Rio de Janeiro e seus habitantes, porquanto, na época, o sentido da palavra civilização somente admitia a forma singular, jamais a plural, a saber: “a civilização”, chegar ao ponto de ser “civilizado”²⁹, chegar lá, em uma espécie de movimento de evolução do progresso dos povos rumo a civilização, onde já haveriam chegado, antes de nós, os povos europeus – e não só franceses.

Se a ideia de civilização, embora conexa, não se reduzia à ideia de progresso, e nem vice-versa, ou seja, se a reforma urbana federal e a reforma urbana municipal expressavam pontos de diferenciação, por outro lado, cabe aqui iniciarmos algumas aproximações verificadas entre esses dois distintos planos reformadores.

Em primeiro lugar, ambas reformas ignoraram a historicidade do Rio de Janeiro, a experiência coletiva do seu povo em 4 séculos anteriores de história da cidade. Nesses quatro séculos a urbe carioca vivenciou a experiência da escravidão urbana, e no século XIX foi, nada mais, nada menos, que a maior cidade escravista de todo o mundo, a saber, a maior concentração de escravos urbanos da face da Terra. Mas não só isso, ela foi também, juntamente com as demais cidades brasileiras, o último lugar de todo o mundo ocidental a extinguir a escravidão. Adicione-se a isso o fato de que a escravidão

²⁸ Tomamos aqui a ideia de uma arquitetura e urbanística como retórica da sedução de Giulio Carlo Argan em sua análise das cidades barrocas. Ver: ARGAN, Giulio Carlo. *L'Âge Baroque. Genève: Editions d'art Albert Skira S. A., 1994.*

²⁹ Cf. STAROBINSKY, Jean. “La palabra civilization”. In: *Prismas. Revista de História Intelectual*. n. 3. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1999, p.10.

terminara recentemente nessa cidade, a saber, menos de 15 anos na altura em que os chefes do poder executivo, protagonistas de ambas reformas urbanas, tomaram posse de seus cargos públicos: Rodrigues Alves em novembro de 1902 e Pereira Passos em dezembro do mesmo ano. Com efeito, a urbe carioca nunca foi uma tábula rasa. Nunca foi mero objeto, mas antes sujeito, portadora de uma cultura urbana, que lhe conferia uma idiossincrasia, e para a qual a cultura de ocupação do espaço urbano da cidade era uma presença de fato, ou seja, gozava de uma positividade ontológica sedimentada por 4 séculos de experiência coletiva de um povo. Não obstante esse fato, ambas as reformas – as duas componentes da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro – ambicionaram terraplanar a historicidade da cidade, eliminar a sua tradição³⁰. Ignoraram a tradição de práticas de ocupação do solo urbano do Rio de Janeiro. Assim, perseguiram a prática do comércio ambulante, a prática da tavolagem, da viração no Centro do Rio e, sobretudo de uma forma distendida de se relacionar com o espaço urbano da cidade.

Essa conduta que fez convergir as reformas urbanas federal e municipal se deu porque tinha-se como inegociável a indução de novos padrões de ocupação do espaço urbano. O prefeito Pereira Passos, desejava induzir comportamentos no espaço urbano do Rio de Janeiro que buscavam ser consoantes ao que se entendia como padrões civilizados, a saber, aqueles próprios do mundo burguês-urbano das camadas sociais mais privilegiadas dos principais países do Velhos Continente. Do outro lado, os reformadores federais, preocupados com o seu movimento de facultar o progresso na Capital Federal, buscaram articular uma cidade funcional do ponto de vista logístico. Os automóveis iniciavam a surgir no Rio de Janeiro, as mercadorias de um porto muito ampliado para multiplicar o seu volume de comércio necessitavam de rápido escoamento pelas ruas da cidade, que se alargavam, e não poderiam reconhecer óbices ao melhor fluxo da nova logística do capitalismo na urbe carioca. Seja por uma razão ou por outra, as antigas usanças do espaço urbano da cidade precisavam ser erradicadas.

Em segundo lugar, ambas as reformas eram fiadas na importação de um paradigma externo, mais especificamente europeu, urbano, capitalista e burguês oitocentista, a partir do qual desejavam enquadrar a população da

³⁰ Chamamos aqui a atenção do leitor para o fato de que a tradição, no sentido que a empresta Gadamer, é algo que não pode ser inventado, ou criado, nem tampouco eliminado, posto que é presença efetiva, derivada de uma historicidade. Cabe ainda lembrar que a palavra tradição tem três traduções possíveis em língua alemã, a saber: a *überlieferung*, *brauch* e *tradition*. A última, a *tradition*, é aquela que porta o sentido gadameriano de um produto vivência de uma historicidade. Para uma melhor compreensão do sentido do conceito de tradição em Gadamer, ver: GADAMER, op. cit. Ver, sobretudo a segunda das três partes desse livro.

Capital Federal, egressa da experiência da escravidão de ganho massiva jogada nas ruas do Rio de Janeiro durante séculos. Para ambas, tanto o valor progresso, quanto o valor civilização não reconheciam alteridades, nem trajetórias. Ambas acalentavam a pretensão de uniformizar comportamentos a partir de elementos exógenos à tradição carioca. Adequar a cidade à modernidade capitalista ocidental supôs uma uniformização a partir de um movimento de fora para dentro. Para ambas, havia uma dimensão pedagógica nas escrituras dos seus valores, que vincavam no espaço urbano do Rio de Janeiro. Progredir e civilizar supôs também uniformizar a relação do habitante do Rio de Janeiro com a sua cidade.

Em terceiro lugar, e como decorrência da última aproximação entre as reformas que expusemos, está o não reconhecimento das práticas populares no espaço urbano da cidade como modos legítimos de ser habitante e usuário da urbe. Ambas as reformas não reconheceram que o Rio de Janeiro era, acima de tudo, uma cidade de diversidades, uma urbe plural, polifônica e policromática, e que durante séculos – mas sobretudo no século XIX – foi um lugar de encontro de culturas que, no cadinho das vivências urbanas, operava sínteses dinâmicas desses encontros no Centro da cidade. Seja a reforma urbana federal, seja a reforma urbana municipal, ambas nunca puseram no seu horizonte um projeto de futuro da cidade que não apontasse para uma uniformização de nossa diversidade como meio *sine qua non* de crescermos como urbe moderna. Em suma, ambas as reformas nunca acreditaram que das vísceras de uma tradição diversa e mestiça de encontro de historicidades, entabulados por séculos no Rio de Janeiro, pudesse sair um projeto de modernidade que conferisse dignidade à cidade e ao país.

À guisa de conclusão

A partir das considerações que fizemos, podemos encaminhar, à guisa de conclusão, algumas de nossas ideias. A primeira delas é que o Rio de Janeiro, objeto da Grande Reforma Urbana ocorrida entre 1903 e 1906 foi uma cidade que, enquanto objeto de intervenção urbanística não teve a sua tradição levada em conta. A tradição de ocupação do espaço urbano pelo carioca pagava tributo a uma historicidade que compreendeu quatro séculos de escravidão nas ruas da cidade, cuja principal ocupação do cativo foi a sua situação de ganhador de rua, mais conhecida como “negro de ganho”, ou “negro ao ganho”. Essa foi uma condição na qual o escravo se percebia inserido em uma

“economia da salvação diária”³¹, uma vez que a não entrega da fêria de seus serviços, requerida pelo seu senhor, implicaria em castigos físicos os mais diversos, embora prevalecesse, entre eles, a aplicação de surras de palmatória na palma das mãos, o que levava à inflamação e inchaço das mesmas, o que, via de regra, impedia o fechamento da mão seviciada por dias³². Essa realidade, própria do cativo dos ganhadores de rua do Rio de Janeiro, levou o escravo a uma relação arrojada com a sua prática laboral no espaço urbano da cidade. A contrapartida de um eventual baixo ganho no dia trabalhado era a iminência da tortura. Deve ser considerada também o impacto da possibilidade do escravo conquistar a sua alforria a partir do seu empenho no trabalho nas ruas na urbe. Se considerarmos esses elementos em torno da condição de cativo ganhador, essas contingências que informavam a sua economia da salvação diária, notaremos que os escravos, e mesmo os forros, desenvolveram uma forma arrojada e pouco preocupada com qualquer tipo de regulamentação de posturas urbanas, muito comumente ignoradas na história da urbe carioca.

Da mesma forma, a partir da experiência da escravidão urbana carioca, foi se desenvolvendo na cultura da cidade um sistema social desordenado na forma de ocupação do espaço urbano pelo seu habitante, uma vez que o arrojo dos cativos ganhadores, através da economia da salvação diária, criou uma força de empuxo que galvanizou a vida social no dia a dia do Centro do Rio de Janeiro. A lógica do arrojo na forma de ocupação do espaço urbano, derivada da economia da salvação diária do escravo ganhador, autorizou, e mesmo impôs, uma forma de trabalho distendida quanto a regras de postura urbana nas ruas da cidade por parte dos mais diversos tipos e segmentos sociais presentes na população do Rio de Janeiro. Esses eram: escravos, alforriados, homens livres pobres que viviam de biscates nas ruas da cidade, imigrantes em situação social e laboral precária que precisavam ganhar o pão de cada dia nas ruas da urbe, além de migrantes, muitos ex escravos no pós abolição, que necessitavam articular a sua sobrevivência e das suas famílias nas ruas da Capital Federal.

Tanto a reforma urbana municipal, capitaneada pelo Prefeito Pereira Passos, quanto a reforma urbana federal, articulada pelo consórcio dos

³¹ O conceito de “economia da salvação diária” alude ao drama do cativo de ganho que tem a obrigação de levar a fêria diária estabelecida pelo seu senhor e que, em não levando tal fêria, auferida nas ruas da cidade, seria fisicamente e psicologicamente castigado. Ver: AZEVEDO, op. cit., pp. 106-107.

³² Para se ter uma ideia de como esse castigo era doloroso e inflamava a mão do escravo de ganho que falhava ao trazer a sua fêria diária ao seu senhor, ver: KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. Ver em especial o capítulo da autora sobre as torturas aplicadas aos escravos.

interesses da cafeicultura paulista e o Clube de Engenharia, atento às grandes oportunidades que a sua associação com as grandes obras do Estado poderiam lhes facultar, não encontraram um lugar para a tradição da cidade em seus projetos e ações de reforma urbana. Isso se deu, pois viam as tradições populares do povo carioca como um óbice ao desenvolvimento da cidade e do Brasil. Ou seja, não as viam como algo legítimo, filhas de séculos de historicidade da urbe carioca na tentativa de seu povo de sobreviver, lançados que foram a sua própria sorte na necessidade de articulação da sua sobrevivência, e da sobrevivência de suas famílias. Essas tradições de ocupação do espaço urbano carioca deveriam ser superadas em suas perspectivas, pois estariam a margem de uma outra tradição, essa exógena ao Rio de Janeiro, e derivada da experiência burguesa e urbana da Europa do século XIX. Era nessa tradição estrangeira em que se fiava a noção de civilização e progresso, desejados por ambos os reformadores, e que, em convergência quanto a visão sobre as práticas populares entabuladas na cidade, as percebiam como óbice à aplicação desses valores forasteiros.

O conceito desses reformadores era o de que o carioca deveria se adequar a novas práticas urbanas, mais consoantes aos valores europeus oitocentistas da civilização e do progresso, tão acalentados e propugnados por ambas as reformas que compuseram a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906.

Ambas as intervenções urbanísticas, podemos afirmar, foram incompreensivas com a trajetória histórica do Rio de Janeiro e da sua gente na labuta pela faina diária como trabalhadores urbanos, livres ou cativos. Ambas foram também perpassadas por um ponto de fuga no seu horizonte, que apontava para um ideal de cidade externo à sua historicidade, à sua experiência coletiva de trabalho urbano.

Em meio a algumas diferenças fundamentais entre os dois planos reformadores, o federal e o municipal, algumas vias de convergência também se registraram no espaço da cidade reformada, infelizmente por desdouro e vergonha burguesa de uma elite que negou a inteireza social e cultural do que somos enquanto população, essa que nunca se vergou às coerções de um progresso e civilização idealizados como superiores e indicadores do pouco valor que se atribuía ao habitante do Rio de Janeiro de extração social modesta.

Em resumo, se a historiografia mais atual estabelece tantas diferenças no âmbito da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, notadamente entre

a reforma urbana municipal e a reforma urbana federal³³, aqui nos dedicamos a apontar as aproximações entre as duas reformulações urbanas.

Em resumo, podemos dizer que as aproximaram, primeiro, pela crença compartilhada no historicismo, que emprestava um sentido, uma direção ao processo histórico. A diferença foi que a reforma urbana municipal acreditou que esse sentido residia no processo de desenvolvimento de uma civilização no tempo, ao passo que a reforma urbana federal acalentou a ideia de que o processo histórico era orientado pelo progresso material.

Uma segunda aproximação residiu na crença de que havia uma cultura superior no mundo, e que essa seria a cultura europeia, que deveria, portanto, ser um modelo para o Brasil e para o povo brasileiro, a começar pela exemplaridade da capital e cidade com a maior capitalidade³⁴ do Brasil, o Rio de Janeiro reformado.

Outro ponto de convergência foi a crença no iluminismo, e na universalidade da razão e, ato contínuo, no poder do Estado em modernizar a sociedade, de cima para baixo. A razão seria capaz de “nos redimir do nosso passado colonial, lusitano e escravista”, que até pouco antes da Grande Reforma do Rio de Janeiro vinha durando mais de 300 anos de experiência histórica coletiva nas suas formas de ocupação do espaço urbano da cidade. Ambas acreditavam que uma sociedade com uma cultura de ocupação do espaço urbano sedimentada há cerca de 350 anos pela experiência escravista, poderia ser transformada pela força da razão iluminista, via Estado modernizador.

Por fim, a crença no poder transformador da razão iluminista fez ambas as reformas, a federal e a municipal, buscarem perpetrar intervenções urbanísticas que fossem educativas do gosto da população, pois teriam o fito de transformar os comportamentos e os enquadrar nos universos de disciplinas e coerções que a ideia necessariamente impunha³⁵. O Teatro Municipal e a avenida Central são duas dessas obras, uma de cada grupo reformador, que deram nota dessa intenção pedagógica de ambas as intervenções urbanas. Para ambas, operar uma reforma urbana envolvia necessariamente educar para a criação de uma espécie de nova tradição³⁶ na cidade, que deveria ser

³³ O trabalho de Azevedo é o que mais investe nessas diferenciações das duas ações de reformulação urbana do Rio de Janeiro, a reforma urbana federal e a reforma urbana municipal. Ver: AZEVEDO, op. cit.

³⁴ O conceito de capitalidade é de Giulio Carlo Argan, ver: ARGAN, op. cit.

³⁵ As coerções correlatas à ideia de civilização estão bem alinhadas nas considerações de Freud sobre a dimensão repressiva da civilização. Ver: FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização. São Paulo: Pinguim/Cia das Letras, 2011.

³⁶ Quando aludimos aqui ao desejo de criação de uma nova tradição, estamos a nos referir a se constituir

consoante com a tradição do Velho Continente, para que o delírio da razão iluminista, plenipotenciária e universal, pudesse converter o Rio de Janeiro em uma urbe burguesa-europeia de fins do século XIX. Acreditava-se, então, que uma tradição de cerca de três séculos e meio pudesse desaparecer por obra e graça da ação iluminista do Estado modernizador. Tudo isso em que pese a reforma urbana federal ter tido Paris como modelo, do que dá nota a obra da avenida Central em seu conceito e paisagem, e da reforma urbana municipal não ter tido Paris como foco, mas sim os elementos presentes nas cidades europeias em geral, mas sem perder conceitos autóctones, ou seja, para além das contribuições europeias.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *L'Âge Baroque*. Genève: Editions d'art Albert Skira S. A., 1994.

AZEVEDO, André N. de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Mauadx, 2016.

CORREA, Roberto Lobato et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. São Paulo: Bertrand Brasil. 1995.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1982.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2000.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GADAMER, Hans Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1998.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar H. de. *O tempo Saquarema. A formação do estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1986.

NIETZSCHE, Friederich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

PAOLI, Paola de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

uma nova *tradition* nos termos que já explicamos aqui.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SCHORSKE, Karl. *Viena Fin du siècle*. Política e cultura. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

STAROBINSKY, Jean. “La palabra civilization”. In: *Prismas. Revista de História Intelectual*. n. 3. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1999.

TUAN, Y Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2015.

Artigo recebido para publicação em 01/04/2024

Aprovado em 14/06/2024